



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº 318/2024

Cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, do Município de Congo, do Estado da Paraíba, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§1º A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§2º É dever do poder público, além do previsto no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem à diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único: A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a garantia do direito de todas as pessoas ao acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, à obesidade, à contaminação de alimentos e a mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de trabalho e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto à tolerância com maus hábitos alimentares, quanto à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa

estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção de alimentos mediante critérios fundamentados na sustentabilidade, dentre outros.

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) requer o respeito à soberania do município sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Município de Congo, Estado da Paraíba, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do Estado, contribuindo assim, para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada da população far-se-á por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), integrado, no Município de Congo, Estado da Paraíba, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 8º O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) reger-se-á pelos princípios e diretrizes dispostos na Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

Art. 9º São componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN):

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

III - a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal;

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Nacional.

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo Municipal, respeitada a legislação aplicável.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. Tendo em vista o disposto na presente Lei, ficam revogadas disposições contrárias.

Art. 11. O Prefeito (a) Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo-PB, 21 de março de 2024

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº 319/2024

Assegura a aplicação, no âmbito do Município de Congo, o disposto na Lei Federal nº. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia a Escuta Especializada e ao Depoimento Especial sem danos à criança e adolescente, vítima ou testemunha de violência e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONGO-PB, FAZ SABER A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica assegurado a aplicação no Município de Congo-PB às disposições da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia a Escuta Especializada e ao Depoimento Especial sem danos à criança e adolescente, vítima ou testemunha de violência.

Parágrafo Único. Nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Federal nº. 13.431/2017, define-se como:

a) Escuta especializada o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

b) Depoimento especial o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Art. 2º. Caberá ao Poder Executivo a criação de sala de escuta especializada e/ou depoimento especial, às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Município de Congo-PB, bem como a nomeação e capacitação dos profissionais qualificados que atenderão ao serviço.

§1º. A Escuta Especializada e o Depoimento Especial deverão ser realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garanta a privacidade da criança e/ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

§2º. Deverão ser asseguradas as condições adequadas de atendimento para que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam acolhidos e protegidos e possam se expressar livremente em um ambiente compatível com suas necessidades, características e particularidades.

Art. 3º. O serviço de escuta especializada e/ou depoimento especial às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Município ficará vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. O Depoimento Especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado, devendo, ainda, ser colhido por profissionais especializados.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação, estabelecendo todo o necessário para o fiel cumprimento da Lei Federal nº. 13.431/2017.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Lei ficam por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo-PB, 21 de março de 2024

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

LEI Nº 320/2024.

EMENTA – Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários deste Município para a próxima Legislatura, nos exercícios de 2025 até 2028 e determina outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONGO-PB, faz saber a câmara municipal de vereadores aprovou (Considerando o que dispõe o artigo 36 da Lei Orgânica do Município e o artigo 140 do Regimento Interno da Câmara municipal) E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - O subsídio mensal a ser pago Ao Prefeito Municipal do Município de Congo-PB, nos exercícios de 2025 a 2028 que integram a próxima Legislatura para qual foi eleito, ficam fixados em 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

ART. 2º - O subsídio mensal a ser pago ao Vice-Prefeito do Município de Congo-PB, nos exercícios de 2025 a 2028 que integram a próxima Legislatura para qual foi eleito, ficam fixados em 8.000,00 (oito mil reais)

ART. 3º - O subsídio mensal a ser pago aos Secretários deste Município, nos exercícios de 2025 a 2028 que integram a próxima Legislatura, ficam fixados em 5.000,00 (cinco mil reais)

ART. 4º - Os valores dos subsídios constantes nos arts. 1º, 2º E 3º desta Lei não poderão ultrapassar os limites legais e constitucionais pertinentes e vigentes

ART. 5º - Os encargos financeiros necessários ao cumprimento desta Lei serão custeados pelas dotações orçamentárias próprias constantes no Orçamento anual do Município e suplementados, se necessária, na forma da Lei Federal nº 4.320/64, com as modificações posteriores correlatas

ART. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

ART. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 21 de março de 2024.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº: 321/2024.

EMENTA – Fixa os subsídios dos Vereadores deste Município para a próxima Legislatura, nos exercícios de 2025 até 2028, fixa verba de representação e determina outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONGO-PB, faz saber a câmara municipal de vereadores aprovou (Considerando o que dispõe o artigo 36 da Lei Orgânica do Município e o artigo 140 do Regimento Interno da Câmara municipal) E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - O subsídio mensal a ser pago ao Vereador com assento à Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, nos exercícios de 2025 a 2028 que integram a próxima legislatura para a qual foi eleito, ficam fixados em 7.000,00 (sete mil reais)

PARAGRÁFO ÚNICO - O presidente da Câmara Municipal por sua representatividade pública decorrente de suas funções diretivas fará jus a uma verba de representação de caráter indenizatório equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído ao subsídio mensal do vereador por este Município.

ART. 2º - O valor do subsídio constante no art. 1º desta Lei não poderá ultrapassar os limites legais e constitucionais pertinentes e vigentes, sendo reduzido quando for o caso.

ART. 3º - Os encargos financeiros necessários ao cumprimento desta Lei serão custeados pelas dotações orçamentárias próprias constantes no Orçamento anual do Município e suplementados, se necessária, na forma da Lei Federal nº 4.320/64 com as modificações posteriores correlatas.

ART. 4º - Esa Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 21 de março de 2024.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

LEI Nº 322/2024.

CONCEDE REAJUSTE A SERVIDORES ATIVOS INTEGRANTES DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e da Lei Orgânica, faz saber a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica concedido reajuste sobre o salário base dos servidores públicos alterando a Lei nº. 289/2023, de parte dos integrantes do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal, conforme cargos dispostos na Tabela do Anexo I, no percentual de 10% (dez por cento), a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º- As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas através das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 21 de março de 2024.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

ANEXO I TABELA DE CARGOS

| Nº | CARGO | SALÁRIO BASE | AUMENTO PERCENTUAL | SALÁRIO BASE PROPOSTO |
|----|----------------------------------|--------------|--------------------|-----------------------|
| 1 | MOTORISTA | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 2 | OPERADOR DE MÁQUINA | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 3 | AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 4 | TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 5 | AUXILIAR EM FARMÁCIA | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 6 | AUXILIAR EM CONSULTÓRIO DENTÁRIO | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 7 | DIGITADOR | R\$ 1.550,37 | 10% | R\$ 1.705,41 |
| 8 | ASSISTENTE SOCIAL | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 9 | ODONTÓLOGO | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 10 | FISEOTERAPEUTA | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 11 | FONOAUDIÓLOGO | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 12 | NUTRICIONISTA | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 13 | PSICÓLOGO | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 14 | VETERINÁRIO | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |
| 15 | BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO | R\$ 1.722,27 | 10% | R\$ 1.894,50 |



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº 323/2024.

DENOMINA LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e da Lei Orgânica, faz saber a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam denominados a seguir logradouros e espaços públicos no município de Congo:

I- Central de Velórios "José Pereira de Oliveira (Nico)", localizado na Rua Ministro José Américo.

II- Matadouro Público "Antônio Firmino da Silva (Antônio Cadá)", localizado no Sítio Riacho do Mel.

III- Praça do Cemitério "Francisco Basílio Oriente (Chico Basílio)", localizada na Rua João de Sousa Lima.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 21 de março de 2024.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

LEI Nº 324/2024.

INSTITUI A CAMPANHA "ABRIL VERDE" NO MUNICÍPIO DE CONGO/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONGO-PB, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica instituída no Município Congo/PB, a campanha de prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, denominada "ABRIL VERDE", a ser comemorada anualmente durante o mês de abril, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção dos Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais.

Parágrafo único. O símbolo da campanha aludida no "caput" deste artigo será "um laço" na cor verde.

Art. 2º - Durante o mês de campanha, o objetivo será divulgar os direitos relativos à Segurança e Medicina do Trabalho, podendo ser realizadas neste mês diversas atividades como fóruns, eventos de educação ou outros tipos de manifestações afetas a este tema.

Art. 3º - O mês a ser comemorado anualmente passa a integrar o calendário oficial de Datas e Eventos do Município de Congo/PB.

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 21 de março de 2024.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº 325/2024.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providencias.

TÍTULO I **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

CAPÍTULO II **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 294, de 19 de junho de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2024, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 312, de 21 de dezembro de 2023 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024;

§ Único - Fica criada a Ação a seguir:

2058 - AÇÕES EMER. DIRECIONADAS AO SETOR CULTURAL – LEI PAULO GUSTAVO

2059 – IMPLANATAR O PROGRAMA SOCIAL – CAPACITA CONGO.

TÍTULO IV **DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL** a LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 3.478.050,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e cinquenta reais) terão a seguinte classificação:

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|------------|
| 04.00 | SEC. DE AGRIC. PESCA E MEIO AMBIENTE | | |
| 20.609.2005.1012 | CONSTRUIR MATADOURO PUBLICO | | |
| 700 | Outras de Convênios ou Instrumentos Congêneres da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 500.500,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|-----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2038 | MANTER AS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – SCFV/FEAS | | |
| 661 | Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 20.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 22.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2039 | MANTER A GESTAO DA SECRETARIA DER ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| 660 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | | |
| 4.4.90.52.01 | Equipamentos e Material Permanente | | 6.800,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2037 | MANTER AS ATIVIDADES DO IGD/BF - SUAS | | |
| 661 | Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 3.200,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 2.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|----------|
| 06.00 | SEC. DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER | | |
| 13.392.2003.2058 | AÇÕES EMER. DIRECIONADAS AO SETOR CULTURAL – LEI PAULO GUSTAVO | | |
| 715 | Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º Audiovisual | | |
| 3.3.90.93.01 | Indenizações e Restituições | | 2.800,00 |
| 716 | Transf. Dest. ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 8º Demais Setores da Cultura | | |
| 3.3.90.93.01 | Indenizações e Restituições | | 750,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|-----------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.361.2001.2023 | MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNCIONAL - MDE | | |
| 569 | Demais Transferências do FNDE | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 10.000,00 |
| 4.4.90.52.01 | Equipamentos e Material Permanente | | 41.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|-----------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.365.2001.2028 | MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL | | |
| 569 | Demais Transferências do FNDE | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 10.000,00 |
| 4.4.90.52.01 | Equipamentos e Material Permanente | | 41.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|------------|
| 08.00 | SEC. DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA | | |
| 26.782.2002.1033 | CONSTRUIR E REC A MALHA VIARIA DO MUNICIPIO – ESTRADAS VINCINAIS | | |
| 700 | Outras Transferências de Convênios ou instrumentos congêneres da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 240.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|----------------------------------|----------|------------|
| 08.00 | SEC. DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA | | |
| 15.451.2002.1039 | CONSTRUIR PARQUE LINEAR | | |
| 706 | Transferência Especial da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 484.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|------------|
| 08.00 | SEC. DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA | | |
| 15.452.2002.1028 | CONSTRUIR E OU REFORMAR PARQUES PRAÇAS E JARDINS | | |
| 706 | Transferência Especial da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 234.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|------------|
| 07.00 | SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | | |
| 08.241.2009.1020 | IMPLANTACAO DO PROGRAMA COZINHA COMUNITARIA – JANTA DO POVO | | |
| 669 | Outros Recursos vinculados a Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 250.000,00 |
| 3.3.90.36.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | | 20.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 230.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|------------|
| 07.00 | SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2059 | IMPLANTACAO DO PROGRAMA SOCIAL – CAPACITA CONGO | | |
| 669 | Outros Recursos vinculados a Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 100.000,00 |
| 3.3.90.36.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | | 20.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 180.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|------------|
| 07.00 | SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2039 | MANTER A GESTAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| 669 | Outros Recursos vinculados a Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 100.000,00 |
| 3.3.90.36.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | | 20.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 100.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|------------|
| 08.00 | SEC. DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA | | |
| 15.451.2002.1021 | CONSTRUIR EOU RECUPERAR A PAVIMENTACAO DE VIAS RUAS E AVENIDAS | | |
| 706 | Transferência Especial da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 500.000,00 |

| CODIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|------------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.361.2001.2017 | CONSTRUIR/RECUPIAMOLIAR QUADRAS NAS ESCOLAS | | |
| 706 | Transferência Especial da UNIAO | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 340.000,00 |

Art. 5º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito adicional especial o **SUPERAVIT FINANCEIRO** verificado no exercício financeiro, a seguir discriminado.:

| | | |
|--|-----|---------------------|
| Outras de Convênios ou Instrumentos Congêneres da UNIAO | 700 | 740.500,00 |
| Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 661 | 47.200,00 |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | 660 | 6.800,00 |
| Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º Audiovisual | 715 | 2.800,00 |
| Transf. Dest. ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 8º Demais Setores da Cultura | 716 | 750,00 |
| Demais Transferências do FNDE | 569 | 102.000,00 |
| Transferência Especial da UNIAO | 706 | 1.558.000,00 |
| Outros Recursos vinculados a Assistência Social | 669 | 1.020.000,00 |
| TOTAL GERAL | | 3.478.050,00 |

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Congo – PB, 21 de março de 2024.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Municipal



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

LEI Nº 326/2024.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providencias.

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 294, de 19 de junho de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2024, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 312, de 21 de dezembro de 2023 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024;

TÍTULO IV DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL** a LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), as quais terão a seguinte classificação:

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|-----------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.361.2001.2023 | MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE | | |
| 500 | Recursos não vinculados de Impostos | | |
| 3.3.90.32.01 | Material de Distribuição Gratuita | | 60.000,00 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|-----------|
| 30.60 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | |
| 10.301.2011.2036 | MANTER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | |
| 600 | transferência Fundo a Fundo de recursos do SUS proveniente do Governo Federal - Custeio | | |
| 3.1.90.13.01 | Obrigações Patronais | | 50.000,00 |

Art. 5º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, **ANULAÇÃO** parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|----------------------------------|----------|------------|
| 08.00 | SEC. DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA | | |
| 15.451.2002.1039 | CONSTRUIR PARQUE LINEAR | | |
| 899 | Outros Recursos Vinculados | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 110.000,00 |

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Congo – PB, 21 de março de 2024.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Municipal

LEI Nº 327/2024.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar e da outras providencias.

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 294, de 19 de junho de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2024, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 312, de 21 de dezembro de 2023 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024;

TÍTULO IV DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO SUPLEMENTAR** a LOA do exercício de 2024, no valor de R\$ 2.375.635,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais), as quais terão a seguinte classificação:

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|--------------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.365.2001.1018 | CONSTRUIR REFORMAR E/OU REFORMAR CRECHES | | |
| 571 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 1.120.000,00 |
| 4.4.90.93.01 | Indenizações e Restituições | | 197.000,00 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|-----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2037 | MANTER AS ATIVIDADES DO IGD/IF - SUAS | | |
| 660 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | | |
| 3.1.90.04.01 | Contratado por Tempo Determinado | | 12.000,00 |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 27.500,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 29.500,00 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|-----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.244.2009.2038 | MANTER AS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – SCFV/CRAS | | |
| 660 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 13.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | | 10.000,00 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|----------|
| 07.00 | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DES. ECONOMICO | | |
| 08.243.2009.2033 | MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ | | |
| 660 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 2.250,00 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|--|----------|----------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.361.2001.2019 | MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30% | | |
| 540 | Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 4.103,29 |
| 541 | Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAF | | |
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | | 115,24 |
| 542 | Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAT | | |
| 4.4.90.52.01 | Equipamento e Material Permanente | | 359,67 |
| 543 | Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAR | | |



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 3.3.90.30.01 | Material de Consumo | 25.000,00 |
| 3.3.90.39.01 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 27.806,80 |

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | ELEMENTO | TOTAL |
|------------------|---|----------|------------|
| 05.00 | SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC | | |
| 12.361.2001.1015 | CONSTRUIR REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES | | |
| 571 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres | | |
| 4.4.90.51.01 | Obras e Instalações | | 900.000,00 |
| 4.4.90.93.01 | Indenizações e Restituições | | 7.000,00 |

Art. 5º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito adicional especial o **SUPERAVIT FINANCEIRO** verificado no exercício financeiro, a seguir discriminado.:

| | | |
|---|-----|--------------|
| Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres | 571 | 2.224.000,00 |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social | 660 | 94.250,00 |
| Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos | 540 | 4.103,29 |
| Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAF | 541 | 115,24 |
| Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAT | 542 | 359,67 |
| Transferências do FUNDEB – Complementação da UNIÃO - VAAR | 543 | 52.806,80 |

| | |
|-------------|--------------|
| TOTAL GERAL | 2.375.635,00 |
|-------------|--------------|

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Congo – PB, 21 de março de 2024.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Municipal

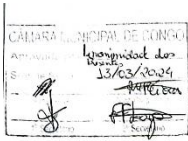


DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024

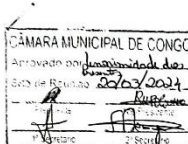
ATOS DO PODER LEGISLATIVO



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 19h, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Senador Rui Carneiro, 38, Centro, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, Reuniram-se sob a Presidência do Vereador Aderaldo Pereira Netto, a Vice-Presidente, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, o 1º Secretário, Jucélio Quintans da Silva, o 2º Secretário Fabiano Fernandes de Lagos e os demais presentes numa totalidade de 09(nove) vereadores, para realização da primeira Sessão Ordinária do ano em curso. Após invocar, "em nome de Deus o todo poderoso declaro aberta a Sessão". Em seguida Senhor Presidente pediu para que o Primeiro Secretário fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu eclesiastes, versículo 1º, em seguida o primeiro secretário fez a chamada nominal dos Vereadores, sendo registrada a presença de: Aderaldo Pereira Netto, Ademir de Oliveira, Fabiano Fernandes de Lagos, José Roberto da Silva, Jucélio Quintans da Silva, Maria da Conceição Alves da Silva, Miguel Jordão Netto, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira e, Sebastião da Silva. em seguida o Senhor Presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma, Ordem do dia: 1.leitura e votação da ata da sessão anterior, aprovada por unanimidade.2.leitura e votação do requerimento 08/2024.aprovado por unanimidade.3.leitura e votação em segundo turno do projeto de lei nº03/2024. aprovado por unanimidade.4.leitura e votação em segundo turno do projeto de lei nº 04/2024,aprovado por unanimidade. em seguida o senhor presidente facultou a palavra aos vereadores inscritos no livro de oratória, pela ordem o vereador José Roberto da Silva fez uso da tribuna e, em seguida o vereador Fabiano Fernandes de Lagos. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, que para constar foi lavrada à presente ata, que depois de lida e aprovada segue assinada pela mesa diretora.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 19h, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Senador Rui Carneiro, 38, Centro, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, Reuniram-se sob a Presidência do Vereador Aderaldo Pereira Netto, a Vice-Presidente, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, o 1º Secretário, Jucélio Quintans da Silva, o 2º Secretário Fabiano Fernandes de Lagos e os demais presentes numa totalidade de 08(oito) vereadores, para realização da terceira Sessão Ordinária do ano em curso. Após invocar, "em nome de Deus o todo poderoso declaro aberta a Sessão". Em seguida, Senhor Presidente pediu para que o Primeiro Secretário fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu, salmo 40, versículo 1º. Em seguida o primeiro secretário fez a chamada nominal dos Vereadores, sendo registrada a presença de: Aderaldo Pereira Netto, Fabiano Fernandes de Lagos, José Roberto da Silva, Jucélio Quintans da Silva, Maria da Conceição Alves da Silva, Miguel Jordão Netto, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira e, Sebastião da Silva, Sendo registrada a ausência do vereador Ademir de Oliveira, por motivos de saúde. Em seguida o Senhor Presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma, Ordem do dia: 1. leitura e votação da ata da sessão anterior, aprovada por unanimidade dos presentes.2.leitura e votação do requerimento 09/2024,aprovado por unanimidade dos presentes.3.leitura e votação do requerimento nº10/2024, aprovado por unanimidade dos presentes.4.leitura e votação do requerimento nº11/2024, aprovado por unanimidade dos presentes.5. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº05/2024.aprovado por unanimidade dos presentes. 6.leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº06/2024, aprovado por unanimidade dos presentes.7. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº07/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 8. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº08/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 9. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº09/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 10. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº10/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 11. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº11/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 12. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº12/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 13. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº13/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. 14. leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº14/2024, aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida o senhor presidente facultou a palavra aos vereadores inscritos no livro de oratória, pela ordem o vereador Sebastião da Silva, fez uso da tribuna como também o vereador José Roberto da Silva e, em seguida o vereador Fabiano Fernandes de Lagos. O secretário de agricultura compareceu à sessão para apresentar dados sobre o corte de terra. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, que para constar foi lavrada à presente ata, que depois de lida e aprovada segue assinada pela mesa diretora.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

REQUERIMENTO 09/2024

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao mesa diretora que seja concedido o Título de Cidadão Congoense ao jornalista Marivaldo Gomes Alcantrara Firmino.

JUSTIFICATIVA: é de grande importância que seja concedido Título de Cidadão Congoense ao jornalista Marivaldo, pelos seus relevantes serviços prestados ao município, no exercício de sua profissão como Jornalista.

Congo – PB, em 11 de março de 2024.

Fabiano Fernandes de Lagos

Vereador autor



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

REQUERIMENTO 10/2024

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao poder executivo e Secretaria Municipal de Educação a inclusão da matéria de educação financeira.

JUSTIFICATIVA: é de grande importância para os alunos da rede municipal de ensino que a prefeitura junto a Secretaria Municipal de Educação coloque se possível na grade curricular a matéria de educação financeira, para incentivar os estudantes a terem uma noção financeira para conduzirem suas vidas economicamente.

Congo – PB, em 09 de março de 2024.

Fabiano Fernandes de Lagos

Vereador autor



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

REQUERIMENTO 11/2024

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Sra. Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao poder executivo municipal a instalação de um mata-burro no Ventura.

JUSTIFICATIVA: é de grande importância para os moradores do Ventura e os Sítios vizinhos que a prefeitura instale um mata burro na estrada que liga o ventura ao riachão e evitar que os animais venham para a rua.

Congo – PB, em 11 de março de 2024.

Fabiano Fernandes de Lagos

Vereador autor



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 21 DE MARÇO DE 2024



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

REQUERIMENTO 12/2024

Senhor Presidente,

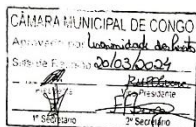
O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flávia Emanuela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao mesa diretora que seja concedido o Título de Cidadã Congoense a Aussângela Ramos de Araújo, Fisioterapeuta, portadora do Cpf nº 048.804.784-66 e Rg nº 5939539 SDS/PE.

JUSTIFICATIVA: é de grande estima que seja concedido o Título de Cidadã Congoense a Aussângela, pelos seus relevantes serviços prestados ao município, ao longo de mais de uma década, no exercício de sua profissão como Fisioterapeuta.

Congo – PB, em 18 de março de 2024.

Roberto da Silva
José Roberto da Silva
Vereador autor



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

REQUERIMENTO 13/2024

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicitar à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário e, se aprovado, seja enviado ofício ao Dr. Carlos Pereira de Carvalho Silva, Superintendente do Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba (DER).

REQUERENDO-LHE: junto ao DER e a secretaria de infraestrutura do estado, o recapeamento da PB-214, (Que liga Sumé à divisa do estado, com Pernambuco).

JUSTIFICATIVA: é importante que se tenha atenção com essa estrada, pois por ela trafegam milhares de veículos e caminhões pesados diariamente, sendo que, com a operação tapa buraco não se resolve o problema em definitivo, tendo em vista que com o recapeamento resolveria o problema da rodovia, que tem uma imensa importância econômica para a região e o estado.

Congo – PB, em 20 de março de 2024.

Aderaldo Pereira Netto
Aderaldo Pereira Netto
Vereador autor